



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337  
FURB, v. 7, n. 2, p. 97-113, abr./jun., 2011

doi:10.4270/ruc.2011215

Disponível em [www.furb.br/universocontabil](http://www.furb.br/universocontabil)



## A IMPORTÂNCIA DA AULA DO COMÉRCIO NA HISTÓRIA DA CONTABILIDADE PORTUGUESA<sup>1</sup>

### THE IMPORTANCE OF "AULA DO COMÉRCIO" IN THE HISTORY OF PORTUGUESE ACCOUNTING

**Miguel Maria Carvalho Lira**

Doutorando em Gestão, Especialidade de Recursos Humanos, na Universidade Aberta  
Professor do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra - ISCAC

Endereço: Quinta Agrícola, Bencanta  
CEP: 3040-316 – Coimbra – Portugal

E-mail: [mlira@iscac.pt](mailto:mlira@iscac.pt)

Telefone: +351 239 802 000

#### RESUMO

A determinação do Marquês de Pombal foi imprescindível para a inauguração da Aula do Comércio, em 1759, constituindo esta um marco na História da Contabilidade Portuguesa devido ao seu pioneirismo no ensino do método digráfico em Portugal. Em virtude da sua importância, o estudo deste estabelecimento de ensino público é o objectivo deste trabalho, mais concretamente a dissecação das razões e objectivos da sua criação, interligando estes com o ambiente sócio-económico da época de forma a tornar mais compreensível o contexto histórico que levou à sua fundação, bem como o aprofundamento de questões como as suas regras de funcionamento, os primeiros lentes, as disciplinas ali leccionadas ou a sua importância no desenvolvimento da Contabilidade em território português. Quanto a este último aspecto, iremos concluir que a Aula contribuiu para um melhor emprego da partida dobrada e para a sua divulgação em Portugal, sendo igualmente determinante para o surgimento de uma classe de contabilistas portugueses devidamente habilitados, acabando, desta forma, com o atraso existente em matéria de conhecimentos e técnicas comerciais.

**Palavras-chaves:** Aula do Comércio. História da Contabilidade. Partidas Dobradas. Portugal.

#### ABSTRACT

*The determination of "Marquês de Pombal" was essential for the inauguration of the "Aula*

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 26.07.2010. Revisado por pares em 11.09.2010. Reformulado em 02.11.2010. Recomendado para publicação em 04.11.2010 por Ilse Maria Beuren (Editora). Publicado em 30.06.2011. Organização responsável pelo periódico: FURB.

*do Comércio” (Portuguese School of Commerce), in 1759, constituting this a landmark in the Portuguese Accounting History because of the pioneering in teaching Double-Entry Bookkeeping in Portugal. In virtue of its importance, the study of this public educational establishment it is the objective of this work, more concretely the analysis of the reasons and the objectives of its creation, relating them with the contemporary social and economic environment, making more understandable the historical context which led to the its foundation, as well as getting deeper in issues such as its functioning rules, its first professors, the subjects taught and the its importance for the development of Accountancy in Portugal. On this last aspect, it will be concluded that the “Aula do Comércio” contributed for one better application of the Double-Entry Bookkeeping and for its spreading in Portugal, being equally determinative for the sprouting of qualified Portuguese accountants, finishing, thus, with the existing outdated knowledge and commercial techniques.*

**Keywords:** “Aula do Comércio”. Accounting History. Double-Entry Bookkeeping System. Portugal.

## 1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Em 1750 dois acontecimentos deram início a uma época completamente revolucionária para a Contabilidade portuguesa: a coroação de D. José como Rei de Portugal; e a consequente nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo – mais conhecido historicamente como Marquês de Pombal – para Secretário de Estado. Assim, e citando Gomes (1999b, p.17), neste período:

as mudanças na Contabilidade do nosso país foram significativas, quer ao nível da Contabilidade pública, quer ao nível da Contabilidade dos comerciantes. Todas as medidas legislativas tomadas pelo Marquês combinadas com o desenvolvimento dado ao comércio, à indústria e à agricultura levaram a uma evolução dos registos contabilísticos com a aplicação de uma forma mais sistemática e mais alargada da digrafia. Criaram também as condições para o desenvolvimento da literatura logismológica no nosso país.

No que concerne ao ensino da Contabilidade em Portugal, este período histórico ficou marcado por grandiosas e significativas reformas, concretizadas pela criação, em 1759, da primeira escola de comércio portuguesa: a Aula do Comércio. Nela foram leccionadas, para além da Contabilidade por partida dobrada, várias outras disciplinas, como Aritmética, Pesos, Medidas, Câmbios, Fretamento e Seguro Marítimo.

Contextualizada a problemática, passamos a indicar o objectivo deste trabalho: aludir à organização, regras, avaliação, entres outros aspectos relacionados com o funcionamento da Aula do Comércio. Iremos, igualmente, indagar sobre como eram leccionadas as diversas matérias anteriormente referenciadas, com especial destaque para a Contabilidade digráfica, realçando desta forma a importância desta escola no desenvolvimento da Contabilidade em Portugal.

No entanto, este trabalho inicia-se com uma breve caracterização histórica da última metade do século XVIII, de forma a tornar mais perceptível toda a envolvente económico-social que conduziu à criação desta escola. Por fim, serão apresentadas as principais conclusões a que chegámos.

## 2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Quando D. João V faleceu, em 1750, e não obstante o seu reinado ter imprimido grande notoriedade ao cultivo das letras, à magnificência das construções e ao incremento das artes e da fabulosa riqueza em ouro, diamantes e pedras preciosas que provinham do outro

lado do Atlântico do riquíssimo território brasileiro, o país estava numa gravíssima situação económica e financeira, despovoado, sem desenvolvimento agrícola, sem estradas ou transportes (GONÇALVES, 2010, p. 164). Para além disso, existiam diversos problemas que urgia resolver: uma máquina administrativa totalmente inoperante; fraudes, usos e especulações de toda a espécie nas organizações dependentes do Estado; a estagnação da indústria em Portugal; e a decadência do comércio que, na sua maioria, estava em poder de mercadores estrangeiros (GOMES, 1999a, p. 550).

D. José – que sucedeu no trono a D. João V – logo tomou a decisão de criar um gabinete ministerial com indivíduos que lhe parecessem capazes de reagir a esta situação nefasta e que conseguissem tomar providências severas capazes de erguerem as novas estruturas administrativas necessárias para que o País pudesse sair do caos financeiro e administrativo que se instalara, e não comprometido com o estilo de governação anterior, assente em três Secretarias de Estado: Marinha e Ultramar; Negócios Interiores do Reino; e Negócios Estrangeiros e Guerra, sendo que esta última pasta foi destinada a Sebastião José de Carvalho e Melo (GONÇALVES, 2010, p. 164). Gradualmente, o Marquês de Pombal foi concentrando em si os poderes dos outros Secretários tornando-se, nos parâmetros ocidentais actuais, num ditador (CARVALHO, 1996, p. 424).

A importância da figura do também Conde de Oeiras na história portuguesa do século XVIII é inquestionável, por muitas e variadas razões. Entre elas salientamos a tentativa de modernização da indústria e do comércio, a implacável supressão dos Jesuítas, as bárbaras execuções de algumas famílias nobres, a drástica reforma do sistema educacional e a de ter conseguido elevar o poder do Estado ao seu mais alto grau até então e por, através dele, se realizar o conseqüente controle, em larga escala, das forças nacionais.

Deveras importante, para não dizer fundamental na perspectiva deste trabalho, é também a sua activa participação na evolução da Contabilidade. A sua ditadura foi uma época áurea e determinante na evolução do pensamento contabilístico em Portugal, relevando-se como muito significativo o progresso conseguido com a introdução numa Instituição Pública – o Erário Régio – da partida dobrada à italiana ou através da criação da Aula do Comércio. Nesta perspectiva refere Pereira (2006, p. 98):

havia que satisfazer a inferioridade dos comerciantes portugueses diante de seus concorrentes europeus, cada vez mais dependentes da prática de contratação de estrangeiros para funções contábeis e administrativas das empresas comerciais. A criação da Aula do Comércio irá ser o resultado de uma realidade que procura ver na sua criação, a solução de um problema. Sendo o Estado responsabilizado pela criação do problema, outra solução não encontraria que substituir a inexistente iniciativa privada pelo capitalismo do Estado.

A sua clarividência fez-lhe compreender, na linha da escola mercantilista, que o progresso da nação passaria, obrigatoriamente, não só pelo fomento e pela modernização do comércio, como também pela transmissão do conhecimento por via institucional (ESTEVENS, 2000, p. 7). A influência mercantilista também é defendida por Rodrigues, Craig e Gomes(2010, p. 39):

Em Londres, o Marquês de Pombal tinha ficado impressionado com as políticas mercantilistas que observou enquanto enviado especial do Rei D. João V na corte inglesa do Rei George II, durante o período 1738-1743. Durante esse período ficou claro para o Marquês de Pombal que para imitar o sucesso do mercantilismo britânico, para desenvolver o comércio e a actividade económica em Portugal, e para melhorar e expandir a classe dos mercadores, seria necessário criar a Aula de Comércio.

Assim, a implementação da Aula de Comércio inseriu-se num conjunto de medidas destinadas a tornar o país independente e forte e que se podiam sintetizar em dois aspectos: criação de indústrias que, à época, eram em número diminuto; e aumentar os conhecimentos

das técnicas comerciais dos comerciantes e industriais (GOMES, 2000, p. 141), tendo por inspiração o espírito do Iluminismo da época. Este assentava na premissa de que a razão humana era a forma de combater a ignorância, a superstição e era a base para a construção de um mundo melhor, apoiando-se, para tal, no mercantilismo e nos mercadores (RODRIGUES; CRAIG; GOMES, 2007).

### 3 JUNTA DO COMÉRCIO

A Junta do Comércio foi criada por Real Decreto de 30 de Setembro de 1755, tendo os seus estatutos sido promulgados em 16 de Dezembro de 1756. Sobressaem, de entre as funções que lhe foram atribuídas, organizar e disciplinar o comércio, e estimular, criar e administrar novas fábricas. De acrescentar que, de acordo com Gonçalves (2010, p. 164), o corpo da direcção deste organismo de coordenação estatal era constituído por oito elementos, a quem os documentos oficiais intitulavam de deputados.

A preocupação da existência de um ensino prático de qualidade e orientado para dar resposta às necessidades do mercado de então, está bem patente no capítulo XVI dos estatutos da Junta do Comércio, intitulado “Dos Mestres da Aula do Commercio, e seus exercícios” (GONÇALVES, 2010, p. 165). Referiam estes que:

Porque a falta de arrecadação, redução de dinheiros, de medidas e de pesos, intelligencia de cambios e das mais partes, que constituem um perfeito Negoceante, tem sido de grande prejuizo ao commercio destes Reynos, se deve estabelecer por esta Junta, uma Aula em que (...) se faça presidir hum ou dous Mestres, dos mais peritos que se conhecerem, determinando-lhes ordenados competentes, e as obrigações, que são próprias de tão importante emprego.

Assim, coube a esta Junta a responsabilidade da criação da Aula do Comércio, tendo nesse contexto apresentado os estatutos da Aula em 10 de Abril de 1759, que continham 19 parágrafos, posteriormente confirmados por Alvará de 19 de Maio do mesmo ano.

Legislação	Sumário
Real Decreto de 30 de Setembro de 1755	Criação da Junta do Comércio
Estatutos da Junta do Comércio	Promulgação dos estatutos da Junta do Comércio, em 16 de Dezembro de 1756
Estatutos da Aula do Comércio	Promulgação dos estatutos da Aula do Comércio, em 10 de Abril de 1759
Alvará de 19 de Maio de 1759	Confirmação e aprovação dos estatutos da Aula do Comércio

**Quadro 1 – Síntese da legislação inerente à criação da Aula do Comércio**

Fonte: elaboração própria.

Como curiosidade, e baseados em Martins (1960, p. 80), podemos adiantar a composição da comissão que elaborou estes estatutos: José Francisco da Cruz, João Rodrigues Monteiro, Manuel Dantas de Amorim, João Luís de Sousa Sayão, Anselmo José da Cruz, Inácio Pedro Quintela e João Henriques Martins.

Para além da apresentação dos estatutos, a Junta superintendeu a Aula e efectuou diversas diligências tendentes a dar execução aos objectivos previamente delineados, como, por exemplo: a aquisição de instalações; a selecção dos professores; a elaboração de normas regulamentares; o exercício de uma acção de fiscalização; etc.

Devido à falta de noções dos cidadãos portugueses no que se refere ao método digráfico, os dois primeiros Contadores Gerais deste organismo foram dois italianos. De acordo com Ratton<sup>1</sup>, citado por Gomes (1999a, p. 552), o primeiro foi I. Nacenti, negociante que o terramoto de 1755 tinha arruinado e, depois do seu falecimento, foi contratado outro italiano, chamado Avondano.

#### 4 CRIAÇÃO DA AULA DO COMÉRCIO

É pelo Alvará de aprovação dos Estatutos da Aula do Comércio, de 19 de Maio de 1759, e registado em 22 de Maio do mesmo ano na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, no Livro 2 da Junta do Comércio (GUIMARÃES, 2010, p. 32), e sob a responsabilidade dessa mesma Junta, que se dá início ao ensino, a um nível oficial e público, da Contabilidade em Portugal, pois nesse mesmo ano, a 1 de Setembro, iniciou-se o primeiro curso, com a duração de três anos<sup>2</sup>.

Tornou-se, como salienta Sousa (1985, p. 546), no primeiro estabelecimento de ensino técnico-profissional de Portugal a versar as matérias comerciais e contabilísticas e onde se deveriam formar os futuros quadros da administração pública e das empresas da época. Mas, acima de tudo, destacou-se pela sua importante contribuição para um melhor emprego da partida dobrada em Portugal.

É de sublinhar que os seus estatutos foram publicados em execução do já citado capítulo XVI do Decreto de 30 de Setembro de 1755<sup>3</sup>, que criara a Junta do Comércio, tornando esta uma escola estatal e laica, financiada pela referenciada Junta, sendo por isso sintoma e agente do reforço do poder do Estado, preconizado pelo Marquês de Pombal.

Será de todo o interesse colocarmos a questão: quais terão sido os vectores culturais, políticos, económicos que levaram ao aparecimento da nova escola? Segundo Santana<sup>4</sup>, citado por Rodrigues, Gomes e Craig (2003a, p. 47):

- a) há a considerar que as notáveis reformas e iniciativas no domínio do ensino levadas a cabo em Portugal na segunda metade do século XVIII resultaram da convicção existente no país de que as condições práticas do ensino eram muito fracas e que se tornava necessário melhorá-las;
- b) por outro lado, houve durante a primeira metade do século um grande movimento de interesse pelos problemas no ensino que se traduziu em importantes obras, algumas delas na área do Comércio;
- c) acresce ainda o encerramento das escolas dos Jesuítas e o conhecido ódio do Marquês de Pombal em relação a estes, que o terão levado à criação do ensino comercial à margem da influência jesuítica, já que eram estes que ofereciam grande parte da educação em Portugal antes de 1759;
- d) mas é nos condicionamentos económicos (ligados à ascensão burguesa) e na remodelação administrativa (tão importante para a consolidação do Estado Absoluto seguido pelo Marquês de Pombal) que se encontram as principais razões para a criação de uma escola destinada a preparar negociantes instruídos, guarda-livros eficazes e funcionários competentes. De facto, a criação do organismo executante da política pombalina e coordenador das actividades económicas do País – a Junta de Comércio – acabou por trazer ao de cima a falta de ordem que causava a ruína dos seus proprietários. Esta situação, aliada ao facto de os funcionários do Estado estarem mal preparados, exigia medidas urgentes e, por isso, o Marquês de Pombal criou a Aula do Comércio.

Para finalizar só de acrescentar que, a fim de incentivar a frequência da Aula do Comércio, os alunos com menos meios tinham direito a uma espécie de bolsa de estudo. Contudo, esta só era atribuída, com efeitos desde o primeiro dia de aulas, depois de efectuados, com aproveitamento, os exames no final do primeiro ano (COSTA, 2009, p. 4).

#### 5 ADMISSÃO, AVALIAÇÃO, FUNCIONAMENTO E DISCIPLINA

Para ser admitido na Aula do Comércio, era necessário ser português e ter 14 anos completos (idade mínima de ingresso). Não obstante esta regra, a Junta admitiu alunos com idade inferior à mínima requerida, desde que revelassem ter capacidades e estudos prévios em

Línguas, Aritmética ou Geografia, dado que com eles lhes seria mais fácil o entendimento das matérias leccionadas na citada Aula. Como curiosidade, Caiado (2000, p. 2) indica dois exemplos extremos de idade de alunos que frequentaram esta escola: “no 11.º Curso foi admitido um aluno com 6 anos de idade e no 6.º Curso um outro aluno tinha 44 anos”.

Embora inicialmente a média etária dos alunos tivesse sido algo elevada esta tendeu a diminuir com o passar do tempo, até porque as regras ditavam que num concurso com muitos pretendentes, e em iguais circunstâncias, devessem ser admitidos os de menor idade.

De acordo com os Estatutos, era necessário também saber escrever e ser hábil nas quatro operações. Estas condições eram verificadas pelo Lente quando este corrigia o exame obrigatório de admissão. Também constava dos Estatutos a preferência que os alunos dessa instituição fossem filhos ou netos de homens de negócios. Como consequência directa, e nos primeiros anos de funcionamento deste estabelecimento de ensino, os aulistas eram maioritariamente provenientes da burguesia. De acrescentar que a frequência das aulas era limitada a vinte assistentes ou alunos, podendo alargar-se a mais trinta, no máximo, considerados como supranumerários, visto que não era conveniente que um só Lente tivesse mais de 50 alunos (GONÇALVES, 2010, p. 165-166).

<b>Nacionalidade</b>	Portuguesa
<b>Idade mínima de entrada</b>	14 anos de idade, ou superior
<b>Pré-requisitos académicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não ser analfabeto;</li> <li>• Conhecimentos básicos de Aritmética</li> </ul>
<b>Preferências (opcionais)</b>	Pertencer á burguesia

**Quadro 2 – Regras gerais de admissão de alunos na Aula do Comércio**

Fonte: elaboração própria.

Para além desta predominância em termos de classe social, é possível realizar uma outra categorização: a origem geográfica dos alunos. Estes eram inicialmente provenientes de todas as zonas da cidade de Lisboa e arredores. Mas, com o decorrer dos anos, verifica-se uma certa atenuação havendo alunos de outras cidades, o que se justifica por uma melhoria das vias de comunicação.

No que concerne à avaliação dos alunos, esta era composta por duas componentes: avaliação final formalizada através de exames públicos, cujo júri era presidido pelo Desembargador Deputado Inspector que desempatava em caso de tal acontecer com a votação dos dois vogais, que eram Deputados da Junta do Comércio; e uma espécie de avaliação contínua ao longo do ano lectivo através de chamadas orais aos Sábados, chamadas Exercícios Sabatinais, e que eram descritas, com detalhe, por Rodrigues, Gomes e Craig (2003a, p. 49): o Lente sorteava aleatoriamente na véspera, ou mesmo no próprio dia, seis discípulos, em que três eram arguentes e três defendentes e que, em forma de argumento, explicavam as matérias leccionadas durante a semana. Cabia ao Lente presidir a esta discussão e esclarecer qualquer dúvida que surgisse.

De salientar que, segundo Silva (1970, p. 49-50), o Rei D. José ia assistir muitas vezes aos exames dos alunos, acompanhado de toda a sua Corte. Quando, raramente, não ia era substituído pelo Marquês de Pombal.

Para além dos Exercícios Sabatinais, existiram as Decúrias. Assim, na parte da tarde dos dias da semana, eram nomeados pelo Lente dois discípulos que ensinavam e explicavam aos seus colegas as lições tratadas nas aulas propriamente ditas, que se realizavam de manhã. Esta iniciativa tinha por objectivo não só melhorar a compreensão das matérias, como também apoiar a sua memorização. Poderiam servir, igualmente, como referência ao Lente aquando da elaboração do seu parecer para a admissão, ou não, dos alunos ao exame final.

Outro aspecto que condicionava a presença dos alunos nestes exames era a sua assiduidade e pontualidade, sendo as faltas registadas em livro próprio e fiscalizadas, de

acordo com Martins (1960, p. 85), pelos Escriturários ou Praticantes da Contadoria da Junta. Assim, o aluno que no fim do ano tivesse mais de cinquenta faltas registadas não seria admitido a exame. Para além disso, os alunos com mais de seis dias consecutivos de faltas injustificadas seriam severamente punidos. Em casos mais extremos, a expulsão poderia ser considerada (RODRIGUES; GOMES; CRAIG, 2004, p. 59). Se ocorresse uma falta por doença, esta só poderia ser justificada através de certidão de um médico ou cirurgião.

A classificação não era dada em termos numéricos, já que os alunos eram agregados em dois escalões: aprovados e reprovados. Dentro do primeiro, existiam sub-escalões: suficiente, bom, muito bom e óptimo (existiram poucos ao longo da existência da Aula).

Retornando à questão das aulas, e segundo Caiado (2000, p. 3), estas tinham lugar todas as manhãs, com horário diferenciado no Inverno e no Verão: no Inverno 8h – 12h; no Verão 7h – 11h. As aulas tinham, desta forma, a duração de quatro horas, contínuas, utilizando o Lente a segunda metade para exposição de matéria nova, após ter questionado os aulistas sobre a matéria do dia anterior. Contudo, além das aulas os alunos teriam de frequentar as decúrias, como referido anteriormente.

Os períodos lectivos estendiam-se de Outubro a Junho, realizando-se os exames em Julho, podendo estes prolongar-se até Agosto, com férias em Setembro, do Natal até aos Reis, e da Sexta-Feira Santa até aos Prazeres (isto é, até à segunda-feira seguinte à Páscoa).

Como se poderá depreender dos parágrafos anteriores, todos os aspectos da Aula do Comércio estavam sujeitos a uma enorme rigidez e disciplina, tendo sido elaboradas as “Determinações Particulares para o Governo Económico da Aula do Comércio”, que, citando novamente Caiado (2000), continham as normas referentes ao bom funcionamento da Aula. De acrescentar que estas entraram em vigor em 27 de Julho de 1767 e que os castigos delas resultantes – e que eram executados pelo porteiro da Junta do Comércio – tinham por objectivo conseguir, através do medo, o sossego e a aplicação dos alunos.

Os decuriões (o equivalente aos actuais delegados de turma) desempenhavam um papel fundamental na manutenção desta disciplina, na medida em que deviam fiscalizar tudo o que se passasse dentro e fora da aula e dar conta do mesmo ao Lente. De referir que este, como responsável último da Aula, teria de transmitir o que acontecia à Junta do Comércio.

Para além da expulsão por faltas, se algum aluno denotasse falta de aplicação ou incapacidade para o estudo também podia ser expulso. Acrescenta Martins (1960, p. 86) que se porventura um aluno quisesse sair, por sua livre e espontânea vontade, tinha de despedir-se do Lente e entregar-lhe uma declaração. Como exemplo último da disciplina férrea da Aula, pode-se apontar a entrada e saída dos alunos nas salas de aulas. Estas tinham de ser ordenadas, devendo a saída ser feita em linha recta, desfilando os aulistas um por um, pela ordem dos seus assentos e dos bancos respectivos.

## **6 OS PRIMEIROS LENTES DA AULA DO COMÉRCIO**

A escolha dos Lentes foi sempre muito cuidadosa, na medida em que este cargo era considerado de enorme importância e prestígio. Contudo, de início foi difícil encontrar professores versados nas matérias que eram explanadas na Aula do Comércio pois à época, por exemplo e como já foi referido, os mercadores estrangeiros eram praticamente os únicos a conhecerem o método digráfico em Portugal (RODRIGUES; CRAIG, 2004).

Não obstante estas limitações e restrições, e ainda segundo Rodrigues e Craig (2009), conseguiu-se encontrar o primeiro Lente da Aula do Comércio na pessoa de João Henrique de Souza. Este era de nacionalidade portuguesa, sendo reconhecido na época por ser muito hábil na profissão de contabilista. Nasceu em 1720, foi educado por um cidadão de nacionalidade francesa, Miguel Leboutoux, entre os 7 e 12 anos, e com ele aprendeu francês<sup>5</sup>. Foi com esta idade que iniciou a sua vida profissional nos escritórios de comerciantes italianos, onde permaneceu vários anos antes de se aventurar fora de Portugal Continental passando por

idades como Buenos Aires ou Rio de Janeiro, retornando a Lisboa em 1755.

Acumulou este lugar com o de Inspector da Contadoria da Junta e, em 11 de Janeiro de 1762, foi nomeado escrivão do Erário Régio. Neste cargo auferia de um elevado ordenado para a época, na ordem dos 1.800.000 reis por ano (OLIVEIRA, 2009, p. 365). Contudo, irregularidades cometidas pelos seus subordinados e a sua incompetência para dirigir, levaram à sua demissão. De acrescentar que foi igualmente o idealizador dos estatutos da Aula do Comércio e da organização do Erário Régio (MARTINS, 1952, p. 446).

Quando foi nomeado escrivão do Erário Régio, deu-se a sua substituição na Aula por Alberto Jacqueri de Sales. Este Lente iniciou o segundo curso em 1 de Julho de 1763, que teve o seu *terminus* no Natal de 1767. Martins (1960, p. 81), sobre este Professor escreve: “era suíço, mas naturalizado português, calvinista, mas convertido à religião católica, auferindo pelo exercício de Lente da Aula 3.000 cruzados, tendo-lhe ainda sido concedido o Hábito de Cristo. Era especialista em matemática e ciências comerciais”. Silva (1980, p. 474) acrescenta que o Marquês de Pombal o escolheu, igualmente, para Director da Real Fábrica das Sedas, talvez por ter denunciado um antigo patrão contrabandista de sedas.

Mais tarde, em 1767, dado o grande aumento do número de aulistas, a Junta do Comércio propõe a nomeação de mais um docente, Inácio da Silva Matos, porque, tal como diziam os Estatutos, era inconveniente que um só Lente tivesse mais de 50 alunos.

Sales foi demitido pela Junta do Comércio em 1784, já que, para além da existência de supostas irregularidades, as suas capacidades como docente foram colocadas em causa, tendo as suas aulas sido consideradas de má qualidade (RODRIGUES; CRAIG, 2009). Foi substituído por José Honório Guerner, um antigo aulista, que garantiu o funcionamento da Aula durante um curto período de tempo. À medida que o curso se desenvolvia, o recrutamento de docentes era feito junto de antigos alunos da Aula do Comércio.

Para concluir, apenas uma referência ao Abade Carlos de Garnier. Em determinado momento, a Junta do Comércio, denotando a falta do ensino de línguas vivas, contratou este docente para ensinar francês. A escolha desta língua não foi casual, na medida em que era a mais usada comercialmente na Europa. Acrescente-se que, para além deste idioma, ensinava também elementos de geografia. As suas lições – gratuitas e não se destinando unicamente aos aulistas – iniciaram-se em 18 de Maio de 1761, mas foram de curta duração pois extinguíram-se em 1765. Após a aprendizagem dos elementos básicos, o francês deveria ser praticado nas matérias pertencentes à Aula do Comércio.

## **7 PROGRAMA ESCOLAR DOS PRIMEIROS CURSOS E O ENSINO DO MÉTODO DIGRÁFICO**

De acordo com Martins (1952, p. 439), embora não existisse nos estatutos da Aula do Comércio um grande aprofundamento do teor dos programas das matérias a leccionar, podemos retirar destes que existiriam dois grandes núcleos de ensino, em que eram englobadas as diversas matérias: a Aritmética e a Contabilidade Comercial. No núcleo da Aritmética, incluía-se, para além da Aritmética e da Geometria, o estudo de Pesos e Medidas, Fretes, Seguros e Câmbio, com especial relevo às divisas dos países com quem Portugal mantinha relações comerciais mais frequentes; enquanto que sobre o núcleo da Contabilidade é referido que “se ensinassem os principios necessarios a qualquer Negoceante perfeito, e pela comunicação do methodo Italiano (método digráfico), aceite em toda a Europa”. Em resumo, e para Almeida e Marques (2002, p. 101), essencialmente “eram leccionadas aulas de Aritmética, Pesos, Medidas, Fretamento e Seguro Marítimo e Contabilidade”.

A primeira disciplina a leccionar seria a Aritmética, visto ser o princípio de todo e qualquer comércio, e incluía o ensino das quatro operações aritméticas passando, posteriormente, para matérias mais complicadas como a regra de três ou o estudo dos números



fraccionários.

Ao ensino da Aritmética seguia-se o estudo dos Pesos, Medidas e Câmbios de diversas praças de comércio, especialmente, como já referido anteriormente, aquelas com que Portugal habitualmente mantinha relações comerciais. Gonçalves (2010, p. 166) realça que “era de grande complicação o estudo de pesos e medidas, não apenas de país para país, mas dentro do próprio território nacional, no qual, não havendo padrões de normalização, mesmo nas províncias portuguesas se aplicavam modelos díspares”.

É de salientar a importância dada aos câmbios nos Estatutos: “será esta importante materia huma parte do principal cuidado do ensino das Assistentes da Aula”. Não obstante a percepção da sua utilidade e do largo tempo despendido com esta, era manifesto que apenas seriam ensinadas as primeiras e suficientes disposições, posteriormente consolidadas com a prática profissional.

A próxima matéria a abordar era a dos Seguros (apólices e suas formalidades), seguida dos Fretes (suas formalidades, comissões e obrigações) tanto das praças portuguesas como estrangeiras. A este respeito, Rodrigues, Gomes e Craig (2003a, p. 50) indicam que “seria também importante o conhecimento de sólidos, para por meio das suas dimensões se saber o volume necessário para regular os fretes que são transportados para o Brasil”.

Gomes e Craig (2003a) referem, igualmente, que as últimas aulas eram reservadas para explicar aos alunos a Contabilidade por partidas dobradas, distinguindo-se, para o efeito, o comércio por grosso da venda a retalho. A contabilidade digráfica leccionada na Aula tinha como base os livros contabilísticos Borrador, Diário, Razão e Auxiliares, sem esquecer o estudo dos Balanços e a exemplificação de como se trabalhava em partida dobrada.

Núcleo Principal	Matérias abordadas
Aritmética	Aritmética e Geometria
	Pesos, Medidas e Câmbios
	Seguros
	Fretes
Contabilidade Comercial	Contabilidade

**Quadro 3 – Matérias leccionadas nos primeiros cursos da Aula do Comércio**

Fonte: elaboração própria.

Existia uma ressalva nos Estatutos da Aula do Comércio que indicava que se devia procurar sempre “que não passe de humas a outras materias, e ainda dentro dellas, de humas a outras partes, sem que em todos haja hum geral conhecimento do que já for dictado”.

## 8 COMPÊNDIOS UTILIZADOS PARA A INSTRUÇÃO DOS AULISTAS

O manuscrito intitulado “Pratica de commercio ou lições da Aula do Commercio que principiou em 1-9-1759 discutidas pelo Lente João Henrique de Souza”, é o texto mais antigo que engloba lições da Aula do Comércio, sendo ao mesmo tempo uma boa fonte sobre o conteúdo temático das disciplinas ministradas. De acordo com Caiado (2000, p. 4), este texto começa com o ensino da Aritmética, totalizando o seu estudo cinquenta lições, em que para além das quatro operações aritméticas básicas, era incluído o ensino das fracções, regras de três (directa e inversa, directa dobrada e inversa dobrada), regra de três composta, regra de três conjunta, regra de companhia ou rateio e progressões aritméticas e geométricas.

Seguia-se um “Compêndio dos Elementos de Geometria” (lições 51 a 60). As lições seguintes baseiam-se em exemplos práticos destas duas disciplinas, oitenta e oito no total, pressupondo a sua resolução o conhecimento de toda a matéria dada, incluindo juros, câmbios, pesos e medidas.

A Contabilidade começa a ser tratada na folha 84, onde é exposta a “Arte da Escritura Dobrada”, que termina dezassete páginas depois. Seguem-se, naturalmente, vários exemplos

“dos diferentes Methodos que podem usar os Mercadores de Ligem, para terem com clareza as suas contas”, que passavam pela aplicação das partidas dobradas ao comércio interno – que incluem as companhias gerais, fábricas, casas de fidalgos e demais pessoas ricas, e administrações de negócios alheios – e comércio externo. Nestes exemplos, fazem-se considerações sobre alguns livros, designadamente o Diário e o Razão. Nesta última parte são apresentadas considerações sobre alguns livros, designadamente o Borrador, Auxiliares e outra vez sobre o Diário e o Razão. Estão igualmente incluídas dezasseis cartas comerciais que compõem o Copiador de Cartas.

Para além deste livro o mesmo Lente elaborou outro instrumento de trabalho: uma Tabuada de redução das moedas das trinta e seis praças cambistas a dinheiro português. O Lente Alberto Jacqueri de Sales escreveu, igualmente, um manuscrito, intitulado *Notícia Geral do Comércio*, que aborda os diferentes estilos mercantis mais seguidos tanto na praça de Lisboa como nas principais praças europeias. Para além deste, outro instrumento de trabalho que Sales colocou à disposição dos alunos foi um Dicionário de Comércio, que resultou da tradução, adaptação e resumo do dicionário de Savary des Bruslons.

Para além destes apontamentos bibliográficos atribuíveis aos primeiros Lentes da Aula do Comércio, era consultada outra bibliografia pelos aulistas. Segundo Rodrigues, Gomes e Craig (2003a, p. 51), os compêndios mais utilizados ao longo dos anos foram três, a saber:

- a) Aritmética e Álgebra - O Tratado de Bezout;
- b) Partida Dobrada - *O Guarda-Livros Moderno*, de Manuel Teixeira Cabral de Mendonça. Este autor reconhece que a sua obra resulta da transcrição da *Notícia Geral Do Comércio* do Lente Sales;
- c) Juros e Câmbios - *Tratado de Câmbios*, de José Pedro Coelho Mayer, seguido na Aula de Comércio desde a sua publicação em Outubro de 1816 até Agosto de 1820. Mayer edita também um suplemento extraordinário a este livro, onde inclui a “Lição dos Juros de Juros”.

## 9 REGALIAS DOS AULISTAS

É através da Carta de Lei de 30 de Agosto de 1770, designadamente nos pontos 5 a 11, que se impõem restrições ao acesso a determinados cargos públicos<sup>6</sup>, obrigando a contratar pessoas formadas pela Aula do Comércio. Para Rodrigues, Gomes e Craig (2003b), esta Carta de Lei deve ser considerada como a primeira regulamentação da profissão de contabilista em Portugal, visto que tornava obrigatória a inscrição dos guardas-livros na Junta do Comércio exigindo, igualmente, que os mesmos devessem ser graduados pela Aula do Comércio.

Esta Lei obrigava, igualmente, e nos pontos 1 a 4, os negociantes, caixeiros e praticantes de casas comerciais a matricularem-se na Junta do Comércio, sob pena de não poderem valer em juízo as suas escriturações, contas e laudos (GUIMARÃES, 2010, p. 34). Estava contido no seu texto que os comerciantes inscritos deviam ser probos, ter boa fama e boa fé. Entre outras coisas podíamos ler em tal diploma: “o absurdo de se atrever qualquer indivíduo ignorante e objecto a denominar-se a si Homem de Negócio, não só sem ter aprendido os princípios da probidade, da boa fé, e do cálculo Mercantil, mas muitas vezes sem saber ler, nem escrever”.

Como podemos constatar, tal lei protegia os diplomados da Aula do Comércio, quer nos seus próprios lugares em terra, quer na vida marítima e mercante. Nela foram estabelecidos ordenados para os Guarda-Livros diplomados, sendo os seus vencimentos anuais, no primeiro ano de 72.000 réis, no segundo de 96.000 réis e no terceiro de 120.000 réis, além de casa, cama e mesa. No fim do terceiro ano ficavam livres para acordarem os honorários a cobrar pelos seus serviços. Quanto aos caixeiros, os que estivessem em exercício há mais de 5 anos, e que tivessem frequentado com sucesso a Aula, era-lhes concedida a possibilidade de abertura de lojas por sua conta (GONÇALVES, 2010, p.166).

Outras medidas foram tomadas pelo Marquês de Pombal para promover o aumento de aulistas diplomados e a colocação dos mesmos nas empresas privadas e nos serviços públicos, como, por exemplo, os avisos de criação na Misericórdia de Lisboa, em 1 de Agosto de 1766, e no Hospital de São José, em 1767, de uma repartição de Contadoria. Ambos ordenavam que a escrituração contabilística utilizasse a partida dobrada e que os funcionários tinham de ser escolhidos entre indivíduos com o exame da Aula do Comércio.

## 10 RAZÕES DA DECADÊNCIA DA AULA DO COMÉRCIO E REFORMAS SUBSEQUENTES

A afluência de matrículas foi progredindo até ao 5.º curso. Assim, enquanto no 2.º curso se matricularam 163 discípulos, no 5.º, iniciado em Abril de 1777, matricularam-se 307. A partir desta data o número de alunos matriculados começou a decair ligeiramente, até às Invasões Francesas, em 1807, durante as quais se verificou uma forte redução na frequência do curso, o que se justifica pelo receio por parte dos naturais das províncias de se deslocarem à capital e pela ausência de alunos brasileiros. Como exemplo podemos apontar o número de alunos que frequentavam a Aula em 1809: 74 aulistas.

Rodrigues, Gomes e Craig (2003b) referem que foi nesta altura – início do século XIX, quando as ideias mercantilistas deram lugar ao liberalismo – que a Aula do Comércio começou a perder fulgor. Acrescentam que os últimos dez anos da Escola Pombalina são de clara decadência, com números muito diferentes dos tempos áureos. Um livro de matrículas dos 1.ºs Anos, que abrange os últimos anos lectivos em que a Aula funcionou (de 1839/40 a 1843/44) dá-nos os seguintes números: 63, 79, 58, 67 e 46 alunos por ano.

As razões para esta diminuição são várias de acordo com Rodrigues, Gomes e Craig (2003a, p. 48):

- a) a abertura de cursos passou a realizar-se de dois em dois anos e depois anualmente - embora inicialmente a abertura dos cursos fosse bastante espaçada, ocorreu o desdobramento do Curso em duas Aulas em 26 de Janeiro de 1793. No primeiro ano estiveram matriculados 202 alunos e 82 no segundo<sup>7</sup>. A partir de 1824 passaram de bienais para anuais as aberturas dos Cursos, embora o número dos inscritos continuasse a ser pouco significativo;
- b) abertura de outras Escolas de Comércio em várias cidades portuguesas - em 1803 assistiu-se a uma descentralização do ensino técnico profissional da Aula do Comércio, com a criação, no Porto, da Academia Real da Marinha e Comércio. Em 1837, as Academias da Marinha foram transformadas em Academias Politécnicas, tendo a do Porto a função expressa de formar comerciantes;
- c) diminuição do comércio português - assistiu-se a uma diminuição do comércio português desde a abertura dos portos brasileiros a navios e frotas estrangeiras, situação que se agravou com a secessão do Brasil em 1823. Este facto fez com que a Junta de Comércio visse os seus rendimentos diminuírem, o que fez com que não tivesse mais capacidade para fazer face às despesas da Aula;
- d) extinção da Junta do Comércio - a Junta do Comércio – que superintendia a Aula – foi extinta em Junho de 1834, fruto das ideias liberais da época.

A Aula do Comércio mantém-se aberta apenas até meados do século XIX, mais precisamente até 30 de Setembro de 1844, altura em que foi reformada e transformada na Escola de Comércio anexa à Secção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa<sup>8</sup> através de Decreto, que reorganizou a instrução pública (COSTA; ALVES, 2001, p. 45).

Posteriormente, em 1866, as Escolas de Comércio foram reorganizadas passando a ter regulamento próprio. Por altura desta reorganização, a Escola de Comércio de Lisboa viria a tornar-se independente do Liceu. No entanto, em pouco tempo foi incorporada no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa na altura da sua criação, a 30 de Dezembro de 1869, com os

cursos elementar e complementar.

Este seria, já no século XX e depois da implementação da República em Portugal, mais precisamente em 1911, desdobrado no Instituto Superior Técnico e no Instituto Superior de Comércio, até que em 1930 o Instituto Superior de Comércio foi integrado na Universidade Técnica de Lisboa, com o nome de Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, designação esta que, em 1972, passaria a Instituto Superior de Economia onde eram leccionadas duas licenciaturas: a de Organização e Gestão de Empresas e a de Economia (VIDAL, 1983, p. 76).

## 11 A IMPORTÂNCIA DA AULA DO COMÉRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE EM PORTUGAL

Gomes (1999b, p. 10) defende que antes da criação da Aula existia, relativamente a outras nações da Europa, um grande atraso em matéria de conhecimentos e técnicas comerciais que impedia o desenvolvimento económico do país. Acrescenta Marques (2000, p. 110) que a falta de compêndios de Contabilidade, originais ou traduzidos, foi, ao mesmo tempo, causa e efeito do atraso português nesta matéria.

Para comprovar esta situação, Boxer (1977, p. 370) afirma que, em 1755, apenas existiam três firmas portuguesas (Bandeira, Ferreira e Brito), todas sedeadas em Lisboa, que tinham livros de registo com escrita de dupla entrada, cujos directores conheciam razoavelmente as moedas, pesos e medidas estrangeiras, e os movimentos comerciais e câmbios de Londres, Amesterdão e Paris. Também é referenciado o pormenor de estas três empresas terem todas sócios estrangeiros (Bacigalupo, Bon e Emeretz, respectivamente). Para além destas três firmas portuguesas, também conheciam o método digráfico os negociantes estrangeiros Jorges, Palyarts, Warrzellens, Crammers, Vanpraetiz e Clamouse, que tinham sido educados fora do país.

Para além destes exemplos, Oliveira (2009) acrescenta outro: a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Esta utilizava, desde o ano da sua criação – 1756 –, o método das partidas dobradas. Contudo, o mesmo autor também salienta o facto de o primeiro guarda-livros da Companhia, João Hecquenbergh, pertencer a uma família alemã e de ter sido enviado para o Brasil para ter formação contabilística com o guarda-livros da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, que já conhecia e utilizava a método digráfico. De acrescentar, que este também não era português mas sim francês. Daqui facilmente se depreende acerca da necessidade da existência, em Portugal, de um estabelecimento de ensino público que, de um modo organizado, sistemático e com um carácter regular, leccionasse contabilidade digráfica e demais matérias necessárias à actividade comercial.

Este atraso foi mesmo reconhecido nos próprios estatutos da Aula do Comércio:

A Junta do Commercio destes Reynos e seus Domínios, havendo considerado que a falta de formalidade na distribuição, e ordem dos livros do mesmo Commercio, he huma das primeiras causas, e o mais evidente principio da decadência, e ruína de muitos Negoceantes; [...] [e procurando] emendar esta conhecida desordem, propoz a Sua Magestade no Capítulo dezaseis dos Estatutos da mesma Junta, que se devia estabelecer huma Aula, em que [...] se ensinassem os principios necessarios a qualquer negociante perfeito e pela comunicação do methodo Italiano, aceito em toda a Europa, ninguém deixasse de guardar os livros do seu Commercio com a formalidade devida.

Um dos objectivos principais da criação desta escola foi, então, a reversão desta deplorável e insustentável situação. Adiante-se que ela constitui uma revolução no ensino da segunda metade do século XVIII, na medida em que até essa altura o ensino estava apenas ligado às ordens religiosas e à Universidade<sup>9</sup>. Podemos afirmar que a Aula do Comércio foi criada no âmbito “de uma ampla agenda de reformas educacionais que foram implementadas

na segunda metade do século XVIII pelo Marquês de Pombal com o objectivo de melhorar o estado geral da educação em Portugal” (RODRIGUES; CRAIG; GOMES, 2010, p. 39).

Se é certo que só após alguns anos depois da fundação da Aula do Comércio é que passaram a existir contabilistas portugueses devidamente habilitados, a partir desse momento não foi mais necessário recorrer ao emprego exclusivo de contabilistas estrangeiros, uma vez que a oferta local se tornou disponível. Esta nova classe de contabilistas nacionais exerceu a sua actividade não só nos escritórios dos negociantes mas também em instituições públicas (RODRIGUES; GOMES; CRAIG 2003b, p. 102).

Podemos concluir este ponto com uma constatação deveras importante: verifica-se que nela eram leccionadas algumas das matérias que ainda hoje são básicas em qualquer curso de Contabilidade, tratando-se de um curso com grande carácter teórico-prático. Assim, e observando que todos os sectores da sociedade portuguesa foram fortemente influenciados e enriquecidos por esta ocorrência. Guimarães (2000, p. 3) admite que este acontecimento está na base do ensino das ciências empresariais em Portugal, constituindo o seu ponto de partida.

## **12 AULA DO COMÉRCIO: O PRIMEIRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO A VERSAR AS MATÉRIAS COMERCIAIS E CONTABILÍSTICAS?**

Sousa (1985, p. 546) considera que a Aula do Comércio era uma escola de feição técnico-profissional, conforme já referenciado. Desta forma podemos afirmar que esta tornou-se no primeiro estabelecimento de ensino técnico-profissional de Portugal, onde se formaram os “quadros” das empresas e da administração pública portuguesa da época.

Contudo, vários autores defenderam que o seu pioneirismo não se ficou só por Portugal. Assim, Almeida e Marques (2002, p. 101) escreveram: “para glória dos portugueses foi a primeira escola técnica do género surgida na Europa”. Outros, mais ambiciosos, indicaram mesmo que a Aula do Comércio foi o primeiro estabelecimento de ensino, destas características, criado no mundo a versar as matérias comerciais e contabilísticas. No entanto, Carvalho (1996, p. 460-461) não partilha desta opinião. Sobre este assunto refere:

há quem considere a criação da Aula do Comércio como uma glória portuguesa encarando-a como tendo sido a primeira escola, em todo o mundo, de carácter técnico, tipo de escola que só mais tarde viria a ser organizado noutros países. Parece-nos haver nisso exagero. Não é crível que em nações, como a Inglaterra ou os Países Baixos, onde, no tempo, eram já intensíssimas as actividades comerciais, internas e externas, não existissem aulas nas quais se aprendessem as matérias em causa. Recorde-se que Ratton, ao enumerar vários negociantes estrangeiros em Portugal, ou de origem estrangeira, diz que eles mandavam os filhos lá para fora para aprenderem as regras do comércio. Poderiam lá, os locais desse aprendizado, não se chamarem Aulas do Comércio, nem terem qualquer designação equivalente, por não se dedicarem apenas a esse ensino específico, mas de qualquer modo é indubitável que tal ensino aí seria ministrado.

No entanto, este autor enfatiza que o seu objectivo não é diminuir a importância da existência e funcionamento da Aula do Comércio pombalina, mas apenas pôr alguma moderação não só nas expressões de Ratton, que sublinhava demasiado a nossa impropriedade comercial, como nas daqueles que supervalorizaram a iniciativa de Pombal.

Realmente, a existência de escolas privadas, antes do século XVIII, é uma evidência histórica comprovada. A este propósito, Rodrigues, Craig e Gomes (2010, p. 39) indicam que “antes do século XVIII, a formação na área comercial (incluindo a contabilidade) era adquirida principalmente no local de trabalho e em cursos realizados em escolas privadas”. Podemos neste ponto, e a propósito da formação nesta área ser objecto de aprendizagem no local de trabalho, lembrar aqui Oliveira (2009, p. 364): “O primeiro guarda livros da Companhia [Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro], no ano de 1757, foi João Frederico de Hecquenbergh [...], enviado, pelo Marquês de Pombal, para a Companhia Geral

do Grão Pará e Maranhão, para ter formação com o guarda-livros da mesma, o francês Darnaud, que utilizava o método contabilístico das partidas dobradas”.

No entanto, e como salienta Carqueja (2001, p. 362), é essencial ter em atenção, no que concerne à Aula do Comércio, que estarmos a falar de ensino público, ou de ensino oficial, não estando em causa escolas privadas ligadas a indivíduos ou associações, com diferentes objectivos – e vida, em geral, efémera – que existiam desde os tempos de glória de Roma<sup>10</sup>. Para o autor existe a quase certeza de ser o primeiro estabelecimento técnico-profissional público a ensinar técnicas comerciais.

É nesta perspectiva que Rodrigues, Craig e Gomes (2010) direccionaram o seu estudo, isto é, investigaram a afirmação de pioneirismo da Aula do Comércio através de uma hipótese testável, que se expressa da seguinte forma: “A Aula do Comércio, com sede em Lisboa, fundada em 1759, foi o primeiro estabelecimento de ensino oficial a oferecer de forma especializada instrução formal de comércio, incluindo contabilidade”. Esta hipótese tem como pressupostos (RODRIGUES; CRAIG; GOMES, 2010, p. 47):

- a) ensino oficial - significa ensino público financiado pelo governo;
- b) de forma especializada - significa uma escola em que mais de 75% dos currículos era dedicada ao comércio;
- c) comércio - inclui as seguintes matérias necessárias na gestão dos negócios: matemática; câmbios, seguros, pesos e medidas; e contabilidade.

Os resultados a que estes autores chegaram são deveras animadores pois apontam para a elevada probabilidade de a Aula do Comércio ter sido a primeira escola estatal de negócios a ser criada na Europa. Contudo, realçam que as investigações realizadas não passaram as fronteiras do continente europeu, sendo, por isso, de admitir que é concebível que uma escola deste tipo possa ter existido fora da Europa, antes da criação da Aula de Comércio.

### 13 CONCLUSÕES

Nesta súmula dos principais aspectos a reter do presente trabalho, podemos começar por referir que a Aula do Comércio, criada em 1759 e superintendida pela Junta do Comércio, é fruto da influência do Marquês de Pombal e foi enquadrada na sua política de desenvolvimento do país, sendo esta a primeira escola mercantil portuguesa, de carácter técnico-profissional.

Este facto, só por si, era suficiente para que este estabelecimento de ensino tivesse o seu lugar na História portuguesa. Mas, se acrescentarmos que foi a primeira instituição a leccionar Contabilidade por partidas dobradas, passa, igualmente, a constar, e com grande destaque, na História da Contabilidade portuguesa. Este papel será ainda maior se considerarmos que diversos autores defendem o pioneirismo a um nível europeu (e mundial para outros) desta escola pública no ensino da Contabilidade pelo método digráfico.

De realçar que as influências mercantilistas e iluministas do Marquês de Pombal, as quais lhe foram inculcadas aquando da sua passagem pela Inglaterra, tiveram um papel preponderante, e quiçá imprescindível, para a sua intenção de conceber e desenvolver este estabelecimento de ensino. Se somarmos a esta questão os diversos condicionalismos económicos e sociais sentidos à época e que provocaram o atraso do país em relação aos seus congéneres europeus, estaremos, então, perante todos os vectores cuja conjugação levou ao aparecimento desta nova escola.

A matéria leccionada nesta Aula abarcava as necessidades específicas e sentidas à época. Assim, para além do núcleo de Contabilidade, existia um segundo: o da Aritmética, que incluíam matérias de Geometria, Pesos e Medidas, Fretes, Seguros, Câmbios e a própria Aritmética. O objectivo desta distribuição de conhecimentos mercantis era a reversão da insustentável situação que se assistia, em Portugal, em pleno século XVIII: parques (ou inexistentes) conhecimentos comerciais e contabilísticos por parte dos comerciantes e

mercadores nacionais das principais praças portuguesas.

A dependência de contabilistas estrangeiros que eram conhecedores da contabilidade por partida dobrada foi decrescendo, aos poucos, à medida que os primeiros aulistas foram acabando os cursos: a partir desse momento começaram a surgir profissionais portugueses especializados na técnica contabilística digráfica. Podemos considerar que a Aula do Comércio foi fundamental para um melhor emprego da partida dobrada e para a sua difusão em Portugal, pois até à sua criação o seu uso era quase inexistente por cidadãos nacionais.

Esta dificuldade, de falta de conhecimentos comerciais e contabilísticos, foi, igualmente, sentida aquando da contratação dos primeiros Lentes da Aula: o primeiro – João Henrique de Souza de sua graça – embora tivesse a nacionalidade portuguesa, desenvolveu a maioria do seu percurso profissional ou a trabalhar para comerciantes estrangeiros ou a trabalhar fora de Portugal Continental; o segundo, Alberto Jacqueri de Sales, era suíço, embora naturalizado português.

Antes de finalizar temos de referir que tudo foi feito pelo Marquês de Pombal e pelo Rei D. José para defender a Aula do Comércio e os seus alunos. Nesta perspectiva, foram concedidas diversas regalias aos aulistas como a obrigação da contratação de pessoas formadas na Aula do Comércio para determinados cargos públicos; o estabelecimento dos ordenados dos Guarda-Livros diplomados; etc. Contudo, e a partir do momento em que as ideias mercantilistas deram lugar ao liberalismo, assistiu-se à lenta decadência desta escola até à sua extinção em 1844, altura que é integrada no Liceu Nacional de Lisboa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José; MARQUES, Maria da Conceição. A contabilidade pública em Portugal: da Monarquia (1761) à II República (2002). **Economia Global e Gestão**, v. 7, n. 1, p. 99-117, abr., 2002.

BOXER, Charles A. **O Império Colonial Português**. Edições 70: Lisboa, 1977..

CAIADO, António Pires. O ensino da Contabilidade na Aula do Comércio (1759-1844). In: JORNADAS DE CONTABILIDADE E FISCALIDADE, 9., 2000, Portugal. **Anais...** Portugal, 2000. CD-ROM.

CARQUEJA, Hernâni. Entrada da Contabilidade no ensino oficial, e depois no ensino superior. **Jornal do Técnico de Contas e da Empresa**, n. 424, p. 362-364, jan. 2001.

CARVALHO, Romulo. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

COSTA, Carlos Baptista. Breves notas sobre a Aula do Comércio. **Revista de Contabilidade e Finanças**, n. 96, p. 4-10, Jan./Mar., 2009.

COSTA, Carlos Baptista; ALVES, Gabriel Correia. **Contabilidade financeira**. 4. ed. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2001.

ESTEVENS, Matilde. Das origens do comércio em Portugal à obrigatoriedade de utilização do método das partidas dobradas. CONGRESSO DE CONTABILIDADE E AUDITORIA, 8., Aveiro, 2000. **Anais...** Aveiro, Portugal, 2000.

GOMES, Delfina. Um livro português do século XVIII. **Revista de Contabilidade e Comércio**, v. LVI, n. 223, p. 547-555, nov. 1999a.

GOMES, Delfina. **Os livros de receitas e despesas da Câmara Municipal de Braga**. Portugal: Centro de Estudo de História da Contabilidade, 1999b.

GOMES, Delfina. **A evolução dos registos contabilísticos e a aplicação da partida**

**dobrada em Portugal.** Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Auditoria) - Universidade do Minho, 2000.

GONÇALVES, Miguel. Análise estatutária das normas atinentes à regulação da Aula do Comércio de Lisboa (1759): uma reflexão adicional. **Jornal de Contabilidade**, n. 399, p. 164-167, jun., 2010.

GUIMARÃES, Joaquim. Primórdios do desenvolvimento das ciências empresariais e da Contabilidade em Portugal. **Boletim do Centro de Estudos de História da Contabilidade**, n. 7, p. 3, 2, Jan. 2000.

GUIMARÃES, Joaquim. História (breve) da regulamentação da profissão de contabilista. **Revista TOC**, n. 123, p. 31-45, jun. 2010.

MARQUES, Maria da Conceição. A evolução do pensamento contabilístico nos séculos XV a XIX. **Jornal do Técnico de Contas e da Empresa**, n. 414, p. 69-72, mar. 2000.

MARQUES, Maria da Conceição. A evolução do pensamento contabilístico nos séculos XV a XIX. **Jornal do Técnico de Contas e da Empresa**, n. 415, p. 107-111, abr. 2000.

MARTINS, Manuel de Everard. Para a história da Contabilidade pública em Portugal. **Separata da Revista de Contabilidade e Comércio**, n. 80, p. 427-457, 1952.

MARTINS, Manuel de Everard. A Aula do Comércio (1759). **Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade**, n. 21 e 22, p. 71-88, 1960.

OLIVEIRA, Isabel. A Contabilidade da Real Companhia Velha no período Pombalino. **Jornal de Contabilidade**, n. 392, p. 361-374, nov. 2009.

PEREIRA, José Manuel. O ensino comercial público do Porto oitocentista. **Revista de Contabilidade e Comércio**, v. LX, n. 237, p. 95-146, out. 2006.

RODRIGUES, Lúcia; CRAIG, Russel. English mercantilist influences on the foundation of the portuguese School of Commerce in 1759. **Atlantic Economic Journal**, v. 32, n. 4, p. 329-345, 2004. doi:10.1007/BF02304238

RODRIGUES, Lúcia; CRAIG, Russel. Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759–1784. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 20, n. 3, p. 379-398, abr. 2009. doi:10.1016/j.cpa.2007.11.001

RODRIGUES, Lúcia; CRAIG, Russel; GOMES, Delfina. State intervention in commercial education: the case of the Portuguese School of Commerce – 1759. **Accounting History**, v. 12, n. 1, p. 55-85, fev. 2007. doi: 10.1177/1032373207072808

RODRIGUES, Lúcia; CRAIG, Russel; GOMES, Delfina. A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759. **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas**, n. 118, p. 39-48, fev. 2010.

RODRIGUES, Lúcia; CRAIG, Russel; GOMES, Delfina. A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759. **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas**, n. 119, p. 39-44, fev. 2010.

RODRIGUES, Lúcia; GOMES, Delfina. Evolução da profissão dos Técnicos de Contas em Portugal: do Marquês de Pombal até aos nossos dias. In: JORNADA DE HISTÓRIA DA CONTABILIDADE, 2., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2002.

RODRIGUES, Lúcia; GOMES, Delfina; CRAIG, Russel. Aula do Comércio: Primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no Mundo?. **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas**, n. 34, p. 46-54, jan. 2003a.



RODRIGUES, Lúcia; GOMES, Delfina; CRAIG, Russel. Corporatism, liberalism and accounting profession in Portugal since 1755. **Accounting Historians Journal**, v. 30, n. 1, p. 95-111, jun. 2003b.

RODRIGUES, Lúcia; GOMES, Delfina; CRAIG, Russel. The Portuguese School of Commerce, 1759-1844: a reflection of the Enlightenment. **Accounting History**, v. 9, n. 3, p. 53-71, nov. 2004. doi:10.1177/103237320400900304

SILVA, Gonçalves de. **Curiosidades, velharias e miudezas contabilísticas**. Lisboa: Ed. Autor, 1970.

SILVA, Gonçalves de. Curiosidades e Velharias. **Revista de Contabilidade e Comércio**, v. XLIV, n. 176, p. 473-474, out. 1980.

SOUSA, José de. Reformismo social e projecto educativo: António Sérgio, defensor do «ensino técnico-profissional». In: COMUNICAÇÃO APRESENTADA NAS II JORNADAS DE CONTABILIDADE, 1985, Aveiro. **Anais...** Aveiro, 1985.

VIDAL, Caetano. O ensino das ciências empresariais em Portugal. **Separata da Revista de Contabilidade e Comércio**, n. 185/186, p. 71-81, ago. 1983.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> RATTON, Jacome. Recordações de Jacome Ratton. 1813, p. 200.

<sup>2</sup> Embora o curso começasse por ter a duração de três anos, os primeiros cursos excederam em alguns meses o triénio que lhes competia (RODRIGUES; GOMES; CRAIG, 2003a, p. 47).

<sup>3</sup> Este defasamento de quase quatro anos entre este Decreto e a aprovação dos estatutos da Aula do Comércio pode ser explicado não pela falta de acção e de empenho do Marquês de Pombal, mas pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755 que deixou Lisboa destruída.

<sup>4</sup> SANTANA, Francisco. A Aula do Comércio de Lisboa (1759-1844). *Revista Municipal de Lisboa*, separata dos n.º 15, 16 e 18 a 23, p. 27, 1989.

<sup>5</sup> Talvez seja esta a génese da influência de autores franceses no seu legado, como Barrême e Savary des Bruslons, cujas obras detinha na sua biblioteca pessoal (RODRIGUES; CRAIG, 2009).

<sup>6</sup> Como exemplo temos os escritórios das Casas de Negócio, assinantes das Alfândegas, escrivães das Naus da Real Armada e navios mercantes, diversos empregos das Companhias Gerais, Feitorias, Medidores e Lotadores de Navios (RODRIGUES; GOMES, 2002, p. 5).

<sup>7</sup> Com a passagem do curso a bienal não desaparece, embora se atenua, a dilatação para além dos prazos previstos, sendo possível afirmar que só a partir de 1809 os biénios começaram a ser respeitados, bem como os períodos lectivos de Outubro a Junho (RODRIGUES; GOMES; CRAIG, 2003a, p. 47).

<sup>8</sup> Aquando da extinção da Junta do Comércio, em 1834 o curso de comércio passou, por Decreto, para a supervisão e inspecção do Comissário dos Estudos de Lisboa, previsto no art.º 3. O director do Liceu Nacional de Lisboa era simultaneamente o Comissário dos Estudos de Lisboa, pelo que a integração da Aula do Comércio no Liceu mais parece ter sido uma solução relacionada com a pessoa (CARQUEJA, 2001, p. 362).

<sup>9</sup> A criação desta instituição escolar ficou de fora da luta entre o Conde de Oeiras e a Companhia de Jesus, e é, cronologicamente, a primeira providência tomada pelo ministro de D. José para ocorrer às necessidades do ensino de então (CARVALHO, 1996, p. 458).

<sup>10</sup> Rodrigues, Craig e Gomes (2010, p. 41) indicam que mesmo na península itálica, conhecida pelo desenvolvimento precoce da contabilidade e das técnicas de ensino de contabilidade nas *Scuolas d' Abaco* a partir do século XIV, a primeira escola oficial de comércio não foi fundada até cerca de 1860-65, em Veneza.